

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 1/2024-PGJ, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2024.**

Altera a Resolução nº 34/2022-PGJ, de 6 de julho de 2022.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições dispostas nos incisos V e VI do art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 34/2022-PGJ, de 6 de julho de 2022, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 1º ”

Parágrafo único. *A gratificação por serviços prestados como integrante da comissão examinadora ou auxiliar de concurso público realizado pela instituição estende-se a membro da Magistratura e representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), caso em que:*

I - *o membro da Magistratura fará jus a gratificação com base na remuneração do cargo de instância correspondente na carreira do Ministério Público;*

II - *o representante da OAB fará jus a gratificação com base na remuneração do membro da Magistratura atuante no mesmo concurso.” (NR)*

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 6 de julho de 2022.

Campo Grande/MS, 16 de fevereiro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 2/2024-PGJ, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024.

Altera o Anexo Único da Resolução nº 6/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre as atribuições dos cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento e das funções de confiança do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto no § 5º do art. 4º da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º As atribuições do cargo de Secretário-Geral, na função de Secretário-Geral, símbolo MPDS-101, constantes no Anexo Único da Resolução nº 6/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, passam a vigorar conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 19 de fevereiro de 2024..

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça



ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 2/2024-PGJ, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024

CARGO	FUNÇÃO	SÍMBOLO
SECRETÁRIO-GERAL	SECRETÁRIO-GERAL	MPDS-101
SUBORDINAÇÃO: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA		
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES		
<p>1. Dirigir, planejar, coordenar, supervisionar e orientar as atividades administrativas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, além de: a) prestar assistência técnica direta e imediata ao Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas atribuições e nos compromissos oficiais e sociais; b) cumprir a agenda oficial e as audiências do Procurador-Geral de Justiça; c) agendar para despacho expedientes administrativos de atribuição do Procurador-Geral de Justiça; d) receber, preparar e distribuir expedientes, de ordem administrativa, encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça, dando-lhes a devida destinação, bem como efetuar o acompanhamento, a tramitação e o cumprimento das ordens dele emanadas; e) controlar a tramitação de expedientes administrativos dentro da Procuradoria-Geral de Justiça; f) controlar o cumprimento dos prazos de pronunciamentos, pareceres e pedidos de informações de competência das unidades subordinadas; g) elaborar minutas de expedientes oficiais, de ordem administrativa, do Procurador-Geral de Justiça, respondendo por sua regular divulgação, autuação e tramitação, quando for o caso; h) apoiar a execução das atividades funcionais dos órgãos superiores do Ministério Público e de assessoramento à função institucional do Procurador-Geral de Justiça; i) efetuar provisionamento para que os órgãos que lhe são vinculados funcionalmente tenham disponíveis para a execução de suas atribuições os recursos humanos e materiais e os serviços administrativos básicos. 2. Elaborar os atos de ordem administrativa de competência privativa do Procurador-Geral de Justiça. 3. Coordenar, orientar e acompanhar os serviços relacionados às seguintes áreas: Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Obras e Serviços, Departamento de Auditoria Interna, Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça, Divisão de Apoio da Secretaria-Geral, Assessoria Técnico-Jurídica, Assessoria de Cerimonial e Comissão Permanente de Licitação. 4. Efetuar despachos de mero expediente e impulso nos documentos e processos administrativos, tais como a determinação de registro e autuação de documentos, encaminhamento dos expedientes para análise dos órgãos da Administração Superior, de administração, de execução e auxiliares do Ministério Público. 5. Promover estudos para elaboração de minutas e expedientes oficiais do Procurador-Geral de Justiça, respondendo por sua regular divulgação, autuação e tramitação, quando for o caso. 6. Propor planos e programas de trabalho para a Secretaria-Geral e para as unidades que lhe são vinculadas. 7. Propor ao Procurador-Geral de Justiça normas de funcionamento das unidades subordinadas, fixando-lhes as áreas de atuação, quando for o caso. 8. Baixar normas de funcionamento para as unidades subordinadas, bem como coordenar, orientar e acompanhar suas atividades. 9. Solicitar informações a outros órgãos ou entidades. 10. Responder, conclusivamente, às consultas formuladas pelos órgãos da administração sobre assuntos de sua competência. 11. Decidir os pedidos de certidões e vista de processos administrativos. 12. Conduzir os processos administrativos ou sindicâncias de funcionários e servidores do Ministério Público, inclusive para apuração de responsabilidade em acidentes com veículos oficiais. 13. Processar, controlar e acompanhar a movimentação interna e externa de processos administrativos e documentos, mediante tramitação direta entre diferentes órgãos, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça. 14. Decidir assuntos relativos à licitação, exercendo as atribuições legais, bem como aplicar penalidades, incluindo a de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como exercer atribuições regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos, incluindo a aprovação de documentos padronizados, nos termos do art. 19 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021. 15. Supervisionar a Secretaria de Tecnologia da Informação no processo de planejamento e distribuição de recursos de tecnologia da informação para os órgãos e unidades do Ministério Público. 16. Exercer outras atribuições decorrentes de sua responsabilidade de supervisão e direção dos serviços administrativos. 17. Assinar correspondências, ressalvadas as de competência de autoridade superior. 18. Controlar a frequência dos servidores subordinados. 19. Promover a avaliação de desempenho dos servidores subordinados em exercício.</p>		
REQUISITOS PARA INVESTIDURA		
Cargo privativo de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.		

**RESOLUÇÃO Nº 3/2024-PGJ, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024.**

Regulamenta o procedimento de apuração e parâmetros para aplicação de sanções administrativas por infração das empresas participantes de licitação e das contratadas, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e dos fundos especiais e demais unidades gestoras subordinadas.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I
Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os procedimentos de apuração e aplicação de sanção administrativa por infrações às empresas participantes das licitações e às contratadas pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por seus fundos especiais e demais unidades gestoras subordinadas.

§ 1º A aplicação da sanção administrativa obedecerá às condições definidas no instrumento convocatório ou contrato.

§ 2º Para efeito desta Resolução, equipara-se a contrato qualquer outro instrumento hábil que o substituir na forma da lei e os ajustes decorrentes dos procedimentos auxiliares das licitações e das contratações definidos no art. 78 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Seção II
Definições

Art. 2º Para os efeitos do disposto nesta Resolução, considera-se:

I – descumprimento de pequena relevância: descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causam prejuízos à Administração;

II – fornecedor: pessoa natural ou jurídica que tenha interesse em contratar com a Administração ou que com ela mantenha ou tenha mantido relação de fornecimento de bens ou prestação de serviços;

III – multa compensatória: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, objetivando a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido;

IV – multa de mora: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, conforme o art. 162 da Lei nº 14.133/2021;

V – devido processo legal: princípio que garante a todos o direito a um processo com as etapas previstas em lei, do qual é possível extrair os demais princípios que compõem o regime jurídico do processo administrativo, tendo em vista sua função de orientar a produção e aplicação de normas;

VI – infração administrativa: comportamento ou omissão que violem alguma norma de natureza administrativa, podendo ou não causar prejuízos ao órgão;

VII – sanção administrativa: punição prevista em lei, instrumento editalício ou contrato, aplicada pelo Estado no exercício da função administrativa, como consequência de um fato típico administrativo com a observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, garantidos por meio do devido processo legal;

VIII – rescisão contratual: ruptura da relação contratual, estabelecida entre a administração pública e a empresa contratada.

CAPÍTULO II
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção Única
Das sanções administrativas



Art. 3º A empresa licitante ou contratada que descumprir, parcial ou totalmente, regra estabelecida em edital de licitação, aviso de dispensa e/ou contrato firmado pelo MPMS fica sujeita às seguintes sanções administrativas, conforme definido em instrumento convocatório ou termo equivalente, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I – advertência;

II – multa;

a) de mora;

b) compensatória;

III – impedimento de licitar e contratar com o Estado de Mato Grosso do Sul;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública direta e indireta de todos os entes federativos.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com as do inciso II.

§ 2º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

§ 3º A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

§ 4º A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

Subseção I

Da advertência

Art. 4º A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de sancionamento mais grave:

I – descumprimento de obrigação do aviso de dispensa, contratual ou editalícia acessória de pequena relevância;

II – inexecução parcial injustificada do aviso de dispensa, de obrigação contratual ou editalícia principal.

§ 1º O descumprimento contratual que acarrete prejuízo significativo para a Administração e/ou que interfira diretamente na execução do objeto e comprometa prazos e/ou serviços é justificativa para imposição de sanção mais gravosa.

§ 2º Em caso de reincidência, deve-se aplicar sanção mais grave.

Subseção II

Da multa

Art. 5º O atraso injustificado na entrega do objeto ou na execução do contrato sujeitará o faltante à multa de mora, que corresponderá ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20% (vinte por cento), salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

§ 1º Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:

I – alteração do projeto ou especificações pela Administração;

II – superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III – interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV – aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;

V – impedimento de execução do contrato por ato ou fato de terceiro reconhecidos pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI – omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos, de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º O percentual da multa de mora poderá ser aplicado por dia ou hora de atraso, tendo por base o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no edital e/ou contrato, até o limite máximo de dias ou horas de atraso fixados pela área responsável pela elaboração do termo de referência.

§ 3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido, o gestor do contrato deverá comunicar à Secretaria-Geral, motivadamente, se persiste o interesse na contratação.



§ 4º Caso, segundo parecer da área técnica interessada, a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, esta estará autorizada a promover a rescisão contratual ou revogação da ordem de entrega/serviço.

§ 5º Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o Poder Público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

§ 6º No caso de inexecução parcial do objeto, quando houver interesse na continuidade da contratação, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§ 7º A inexecução parcial ou total do objeto, quando não houver interesse na continuidade da contratação, implicará a aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

§ 8º Na hipótese de que trata o § 7º, a definição do percentual dependerá da especificidade do objeto e do seu impacto no funcionamento do MPMS, conforme parâmetros definidos no edital ou no contrato.

Art. 6º A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes percentuais e observando-se os seguintes parâmetros:

I – de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II – 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor estimado da contratação, em caso de:

- a) apresentação de documentação ou declaração falsas durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer outra natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou que lhe diminuam o valor ou, ainda, que estejam fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

§ 1º Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata este artigo para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 2º Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 20% (vinte por cento) do prazo estabelecido em contrato para entrega de bens ou execução de serviços.

Art. 7º Nos contratos de obras e demais serviços de engenharia, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais que tenham sido impactadas pela ocorrência, salvo disposição em contrário no instrumento convocatório.

Art. 8º Em caso de infração praticada durante o procedimento licitatório, a empresa licitante ficará sujeita à sanção de multa sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

- I – 10% (dez por cento) para as condutas tipificadas no art. 12;
- II – 15% (quinze por cento) para as condutas tipificadas no art. 13.

Art. 9º A Administração pode, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor presumido da multa concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à empresa contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo único. O valor de multa retido cautelarmente será liberado à empresa contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o provimento do recurso ou a reconsideração da decisão que aplicou a penalidade.

Art. 10. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento pela empresa sancionada, na conta bancária 001 Banco do Brasil, agência 2576-3, conta-corrente 50.120-4, CNPJ 03.464.870/0001-00 (Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público), preenchendo-se o campo nº 2



de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa, salvo se outro prazo e forma estiverem previstos no instrumento convocatório da contratação.

Art. 11. Caso a empresa não efetue o recolhimento em conta, o valor da multa aplicada, observada a seguinte ordem, será:

I – descontado dos créditos a que fizer jus, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com o mesmo órgão ou a entidade sancionadora;

II – descontado do valor da garantia prestada;

III – cobrado judicialmente.

§ 1º Não sendo possível o recebimento nas formas previstas neste artigo, a autoridade competente deverá encaminhar cópia do processo à Procuradoria-Geral do Estado para inscrição na dívida e cobrança.

§ 2º Quando a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada por meio de guia conforme o art. 10 desta Resolução, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

Subseção III

Do impedimento de licitar e contratar

Art. 12. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a administração pública estadual quando não se justificar a imposição de sancionamento mais grave, observando-se os parâmetros e prazos estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Sanção – impedimento pelo período de 6 (seis) meses;

II – dar causa à inexecução total do contrato:

Sanção – impedimento pelo período de 18 (dezoito) meses;

III – deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

Sanção – impedimento pelo período de 3 (três) meses;

IV – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Administração:

Sanção – impedimento pelo período de 4 (quatro) meses;

V – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Sanção – impedimento pelo período de 12 (doze) meses;

VI – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

Sanção – impedimento pelo período de 4 (quatro) meses;

VII – deixar de apresentar amostra:

Sanção – impedimento pelo período de 3 (três) meses;

VIII – apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:

Sanção – impedimento pelo período de 3 (três) meses.

§ 1º Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que decorra de negligência, imprudência ou imperícia, seja total ou parcial.

§ 2º Considera-se não manutenção da proposta:

I – a ausência do seu envio;

II – a recusa do seu detalhamento, quando exigido;

III – o pedido de sua desclassificação, quando encerrada a fase competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na elaboração da proposta que evidenciem impossibilidade de seu cumprimento e desde que seja decorrente de caso fortuito ou força maior;

IV – encaminhamento reiterado de proposta com vícios não sanados.

§ 3º Considera-se a não celebração do contrato quando a empresa desiste de formalizar o contrato ou aditivo e/ou não responde às convocações.

§ 4º Considera-se retardar a execução do objeto a ação ou omissão que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento ou atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 5º Nas hipóteses de que tratam os incisos I, II e VI do *caput* deste artigo, a definição do período dependerá da especificidade do objeto, do seu impacto no funcionamento do MPMS e das circunstâncias atenuantes e agravantes.



§ 6º O prazo total da sanção de impedimento de licitar e contratar com a administração pública estadual, após análise das circunstâncias agravantes e atenuantes, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

Subseção IV

Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Art. 13. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, observando-se os parâmetros e prazos estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I – apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

Sanção – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública por 36 (trinta e seis) meses;

II – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Sanção – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública por 48 (quarenta e oito) meses;

III – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer outra natureza:

Sanção – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública por 48 (quarenta e oito) meses;

IV – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

Sanção – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública por 54 (cinquenta e quatro) meses;

V – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013:

Sanção – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública por 60 (sessenta) meses;

V – apresentar amostra falsificada ou deteriorada:

Sanção – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública por 36 (trinta e seis) meses.

§ 1º Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

§ 2º Consideram-se inidôneos os atos descritos nos arts. 337-E a 337-P do Código Penal.

§ 3º A sanção estabelecida no *caput* deste artigo é de competência do Secretário-Geral do MPMS e:

I – será precedida de análise jurídica;

II – também poderá ser aplicada pelas infrações previstas no art. 12 desta Resolução, pelos mesmos prazos, quando forem caracterizadas como gravíssimas, assim consideradas aquelas de natureza dolosa e de difícil reversão dos prejuízos causados ao interesse público que justifiquem a aplicação de sanção mais grave que o impedimento de licitar e contratar com o Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 4º O prazo total da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, após análise das circunstâncias agravantes e atenuantes, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, conforme a gravidade da infração e o prejuízo causado em decorrência das irregularidades constatadas.

CAPÍTULO III

DAS CIRCUNSTÂNCIAS

Seção I

Das circunstâncias gerais

Art. 14. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas ou, se iguais, a somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, demais infrações como circunstância agravante.

§ 1º Não se aplica a regra prevista no *caput* se já houver ocorrido o julgamento ou se, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

§ 2º O disposto no *caput* não afasta a possibilidade de aplicação da sanção de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.



Art. 15. Na instrução da aplicação das sanções administrativas, devem ser consideradas as seguintes circunstâncias e observados os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, do contraditório e da ampla defesa:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos causados à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável da infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – os antecedentes da empresa licitante ou contratada;

VII – o custo e o benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.

Parágrafo único. Na verificação dos antecedentes, poderão ser consideradas as reincidências no âmbito da unidade sancionadora nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o evento em decorrência do qual será eventualmente aplicada a sanção.

Seção II

Das circunstâncias agravantes

Art. 16. As sanções previstas nos arts. 12 e 13 desta Resolução poderão ser majoradas em até 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, observado o limite da sanção, quando:

I – restar comprovado que a empresa licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital e seja notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

II – a empresa licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;

III – restar comprovado que a empresa licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

IV – a empresa contratada não agir conforme a boa-fé contratual, furtando-se a receber comunicações ou evitando minorar os danos da conduta lesiva;

V – a empresa contratada causar grave dano à Administração ou interrupção de prestação de serviço público.

§ 1º São circunstâncias agravantes:

I – a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II – o conluio entre empresas licitantes ou contratantes para a prática da infração;

III – a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV – os prejuízos causados ao funcionamento do MPMS;

V – a reincidência.

§ 2º Constata-se a reincidência quando o acusado comete nova infração depois de sancionado definitivamente por idêntica infração anterior.

§ 3º Quanto à reincidência:

I – considera-se a decisão proferida no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

II – não prevalece a condenação anterior se, entre a data da publicação da decisão definitiva desta e a do cometimento da nova infração, houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos;

III – não se verifica, se ocorrida a reabilitação em relação a infração anterior.

Seção III

Das circunstâncias atenuantes

Art. 17. As sanções previstas no art. 12 poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das agravantes, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em conduta praticada decorrente de:

I – falha escusável da empresa licitante ou contratada, desde que devidamente comprovada;

II – apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais a empresa licitante ou contratada não tenha contribuído ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado;

III – apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV – apresentação de implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade nas hipóteses de contratação em que tal apresentação não seja obrigatória.



§ 1º São circunstâncias atenuantes para decisão sobre a aplicação de sanção ou para sua dosimetria:

I – a primariedade;

II – procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes da decisão sancionadora;

III – reparar o dano antes do julgamento;

IV – confessar a autoria da infração.

§ 2º Considera-se primário aquele que não tenha sido sancionado definitivamente por infração administrativa prevista em lei, esteja na situação em que o prazo depurador de 5 (cinco) anos já tenha expirado ou já tenha sido reabilitado.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

Seção I

Da instauração

Art. 18. Constatada a irregularidade, no âmbito do contrato ou do processo de seleção, o agente público responsável pela seleção ou pela gestão e/ou fiscalização do contrato deverá, previamente à solicitação de instauração do processo de apuração de responsabilidade:

I – notificar o fornecedor para apresentar justificativa para irregularidade, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;

II – notificar o fornecedor para tomar providências para a correção da irregularidade, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

Parágrafo único. Verificada, de imediato, a impossibilidade de saneamento da irregularidade e/ou o atraso injustificado, a instauração poderá ser solicitada independentemente de notificação prévia do fiscal ou de agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação.

Art. 19. Ausentes ou rejeitadas a justificativa ou as providências de que tratam os incisos I e II do art. 18 desta Resolução, o agente público responsável pela seleção de fornecedores ou gestão e/ou fiscalização do contrato emitirá relatório detalhado, ou documento equivalente, e o encaminhará ao Secretário-Geral, e, caso fique configurada a eventual possibilidade, em abstrato, de aplicação das sanções de impedimento de licitar ou contratar com o Estado de Mato Grosso do Sul e da declaração de inidoneidade, encaminhará a proposição de designação da equipe de que trata o art. 22 desta Resolução.

§ 1º O relatório de que trata o *caput* deverá relatar detalhadamente o ocorrido ao setor competente, indicando-se todas as comunicações e cobranças efetuadas à empresa e/ou ao preposto (mensagens eletrônicas, telefonemas e comunicações verbais), as circunstâncias do ocorrido, a menção às respostas e providências adotadas pela empresa contratada, e, sempre que possível, será acompanhado dos seguintes documentos:

I - identificação dos autos do processo administrativo de licitação, de dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando for o caso;

II – cópia ou indicação de *link* dos seguintes documentos:

a) edital de licitação e seus anexos, contrato ou outro instrumento que confirme a relação com a empresa licitante ou contratada;

b) nota de empenho e confirmação de sua entrega à empresa contratada quando o prazo para cumprimento da obrigação contar do seu recebimento;

c) manifestações expedidas pelo segmento responsável pelo acompanhamento, pela condução e pela fiscalização da licitação ou do objeto contratado;

d) termos de recebimento do objeto e comprovantes da entrega, assim como laudo técnico de avaliação do produto, quando for o caso;

e) eventuais pedidos de prorrogação de prazo solicitados pela empresa contratada e respectivos despachos de deferimento ou de indeferimento dos pedidos formulados;

f) comunicados emitidos pelo gestor/fiscal;

g) expediente emitido pelo segmento de execução orçamentária e financeira que informa a realização de glosas nos pagamentos efetuados, quando for o caso;

h) ofícios e *e-mails* de comunicação ou notificação à empresa contratada acerca do descumprimento contratual, das cláusulas contratuais infringidas e da abertura de prazo para apresentação de defesa prévia ou recurso.

III – todas as provas colhidas e produzidas, bem como todos os documentos considerados pertinentes para a instrução do processo.



Seção II

Da instrução e do juízo de admissibilidade

Art. 20. Ao receber a notificação de irregularidade, o Secretário-Geral deverá realizar juízo de admissibilidade, analisando os fatos narrados com vistas a:

I – avaliar se é cabível a instauração de processo administrativo punitivo;

II – tomar medidas administrativas de saneamento para a mitigação de riscos de nova ocorrência na hipótese de simples impropriedade formal.

§ 1º Na análise deverá ser verificado se há indícios de infração contratual, se a falta cometida ocasionou prejuízo à Administração e se há culpabilidade da empresa, bem como a possível sanção a ser aplicada.

§ 2º Caso seja observada a ausência de alguma informação indispensável, o setor responsável avaliará a pertinência de sua continuidade ou a devolução à área competente para saneamento antes do prosseguimento.

Art. 21. Verificado, em sede de juízo de admissibilidade, o preenchimento dos requisitos mínimos exigidos para instaurar processo administrativo punitivo, o Secretário-Geral deverá fazê-lo, preferencialmente por meio eletrônico.

Seção III

Da condução do processo administrativo punitivo

Art. 22. O processo administrativo punitivo deverá ser conduzido por equipe processante composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis.

§ 1º Na hipótese de a infração ensejar, em abstrato, a aplicação cumulativa das sanções de impedimento de licitar ou contratar e de declaração de inidoneidade com a de multa, o procedimento será conduzido pela equipe.

§ 2º Em caso de sanção decorrente de descumprimento contratual, a equipe será composta por, no mínimo, 1 (um) servidor estável lotado na unidade de fiscalização do contrato, o qual será o presidente da equipe, e 1 (um) servidor estável lotado na unidade gestora do contrato.

§ 3º Em caso de sanção decorrente de descumprimento do edital ou aviso de dispensa, a equipe será composta por, no mínimo, 1 (um) servidor estável lotado na unidade de seleção do fornecedor, o qual será o presidente da equipe, e 1 (um) servidor estável lotado na unidade de planejamento da contratação.

§ 4º Caberá ao titular de cada unidade responsável designar um servidor estável que não integre diretamente a equipe de seleção, gestão e fiscalização do contrato para compor a equipe de que trata este artigo, podendo ser designados suplentes que não atuaram diretamente no feito.

§ 5º O MPMS poderá estabelecer, em regulamento específico, a atuação de equipes processantes.

Art. 23. A equipe processante poderá solicitar a colaboração de outros órgãos para a instrução processual.

Art. 24. Determinada a abertura de processo administrativo sancionatório, a empresa licitante ou contratada deverá ser intimada para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de recebimento, apresente defesa escrita e especifique as provas que pretende produzir.

§ 1º A notificação citada no *caput* conterà, no mínimo:

I – identificação da empresa contratada e da autoridade competente que instaurou o processo;

II – finalidade da notificação, abertura de prazo para defesa prévia e dispositivo legal que fundamenta as decisões;

III – descrição sumária do fato passível de aplicação de sancionamento, assim como a cópia do parecer e da decisão que motivaram a notificação, nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como cópia do relatório de que trata o art. 19 desta Resolução;

IV – citação das condições infringidas e/ou remissão ao parecer e à decisão;

V – informação da retenção cautelar, se for o caso;

VI – informação da continuidade do processo independentemente da manifestação da empresa licitante ou contratada;

VII – informação sobre o acesso aos autos para o exercício do contraditório e da ampla defesa e sobre o local ou meio para protocolo da defesa/manifestação;

VIII – outras informações julgadas necessárias pela Administração.

§ 2º A notificação mencionará de forma genérica todas as sanções previstas no contrato e na legislação aplicável em que está incurso o investigado, não indicando de forma específica possível sanção a ser aplicada, cuja definição



competirá à autoridade competente após a análise da defesa prévia e a deliberação quanto ao cabimento, à adequação, à proporcionalidade, à gravidade e à reprovabilidade da infração e aos resultados da conduta ilícita.

§ 3º A notificação a que se refere o § 1º do *caput* será enviada por uma das formas abaixo, ordenadas por preferência:

I – envio ao endereço eletrônico dos representantes credenciados ou do fornecedor cadastrado, com comprovante de recebimento;

II – envio pelo correio, com aviso de recebimento (AR);

III – entrega ao fornecedor mediante recibo; ou

IV – publicação no Diário Oficial do Ministério Público (DOMPMS), quando começará a contar o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

§ 4º Em relação às formas de contato do § 3º, não havendo resposta, ou na impossibilidade de contato na forma do inciso I, a notificação deverá ser encaminhada por correio com AR, na forma do inciso II, e, em caso de frustrada essa tentativa, deverá ser entregue pessoalmente ao fornecedor, na forma do inciso III e, restando frustrada a intimação, por meio de publicação no DOMPMS, na forma do inciso IV.

§ 5º Os comprovantes de notificação deverão ser anexados aos autos procedimento administrativo, com a devida certificação de juntada.

§ 6º O prazo para apresentação de defesa prévia é de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, observado o disposto nos arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

§ 7º A intimação dos atos será dispensada quando o representante da empresa contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio certificado nos autos.

§ 8º A defesa apresentada deverá ser juntada aos autos do procedimento administrativo, seguida de certidão referente à tempestividade.

§ 9º A apresentação de defesa, ou a sua ausência, deverá ser certificada nos autos do procedimento administrativo.

§ 10. Em observância ao disposto no § 4º do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, os emitentes das garantias de contratações de obras, serviços e fornecimentos deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo punitivo, bem como da possibilidade de ser acionada em eventual aplicação de sanção de multa.

§ 11. Aos interessados é assegurada vista do processo e obtenção de certidões ou cópia dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

Art. 25. Serão indeferidas pela equipe processante ou pelo responsável pela condução do processo administrativo punitivo, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Art. 26. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela equipe processante, o fornecedor poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação.

Art. 27. Todas as estruturas do órgão, dentro de suas atribuições, poderão ser consultadas sobre questões relativas à elucidação dos fatos, devendo essa manifestação ocorrer dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. Da juntada de documentos que apresentem fatos novos deverá ser dada vista à empresa licitante ou contratada para nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 28. Ao término da instrução, a equipe do processo administrativo punitivo deverá elaborar, para posterior remessa ao Secretário-Geral, relatório final conclusivo quanto à conduta normal ou à responsabilidade do fornecedor, que contenha:

I – resumo narrativo dos fatos;

II – irregularidades e/ou ilegalidades cometidas pela empresa licitante ou contratada, bem como o enquadramento legal da ocorrência e das sanções sugeridas;

III – análise das situações previstas no art. 15 desta Resolução, das diligências, das provas juntadas e da manifestação da empresa licitante ou contratada;

IV – o valor em percentual e em pecúnia, bem como a memória de cálculo, em caso de sanção de multa;

V – condições para reabilitação, se for o caso.

§ 1º Previamente à elaboração do relatório, deverá ser avaliada a necessidade de se ouvir a área técnica quanto à manifestação da empresa licitante ou contratada.

§ 2º O relatório de que trata o *caput* poderá:



I – propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria e ou materialidade; e

II – conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pelo MPMS, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no processo administrativo punitivo.

§ 3º Nos casos em que a ação ou omissão da empresa licitante ou contratada se enquadrar em tipos distintos, prevalecerá aquele que cominar a sanção mais grave.

Art. 29. Transcorrido o prazo para apresentação de defesa prévia, sem manifestação da empresa contratada, a autoridade competente aplicará a sanção e estabelecerá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de recurso administrativo ou pedido de reconsideração, contados da data de intimação.

Parágrafo único. Tratando-se da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, o processo será encaminhado para manifestação jurídica e posteriormente para o Secretário-Geral ou o Procurador-Geral de Justiça, conforme o disposto no art. 13 desta Resolução, que:

I – decidirá entre o acolhimento da defesa do fornecedor ou a aplicação da sanção; e

II – publicará o extrato da decisão no DOMPMS.

Seção V

Do recurso administrativo

Art. 30. Após decisão da autoridade competente, deve-se intimar a empresa licitante ou contratada para que possa interpor recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento.

§ 1º A intimação deve seguir o rito proposto para a notificação do art. 24 desta Resolução.

§ 2º No caso de aplicação de multa, sua cobrança deverá ser feita em conjunto com a intimação, constando nela todos os dados necessários para o devido pagamento.

§ 3º O recurso contra decisão que aplicar as sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 3º desta Resolução deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso, com sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de recebimento dos autos.

Art. 31. Na hipótese de apresentação de recurso ou pedido de reconsideração, o procedimento deverá ser encaminhado à assessoria jurídica para análise e emissão de parecer, seguido de decisão final pela autoridade competente.

§ 1º A decisão final deverá conter as condições para reabilitação, nos termos do art. 49 desta Resolução, se for o caso.

§ 2º A empresa licitante ou contratada deve ser intimada da decisão final, na forma do art. 24 desta Resolução.

§ 3º No caso de sanção de multa, sua cobrança deverá ser feita em conjunto com a intimação, constando nela os dados necessários para o devido pagamento.

Art. 32. Transcorrido o prazo para apresentação de recurso sem manifestação da empresa contratada, a sanção será aplicada definitivamente e registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), ou em outro que porventura venha a substituí-lo.

Art. 33. A empresa contratada será intimada da decisão e deverá receber cópia do despacho que aplicou a sanção e, quando for o caso, do parecer emitido pela assessoria jurídica.

Art. 34. Decidido o recurso e mantida a decisão que aplicar a sanção, o processo será encaminhado à:

I – Secretaria de Finanças, para recolhimento definitivo dos valores retidos aos cofres públicos, quando for o caso;

II – Divisão de Apoio da Secretaria-Geral, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, registrar a penalidade no Sicaf, bem como intimar o interessado da decisão proferida.

Art. 35. Com a decisão do recurso administrativo, exaure-se a esfera administrativa.

Seção VI

Do pedido de reconsideração

Art. 36. Da decisão que aplicar a sanção de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração ao Procurador-Geral de Justiça.



§ 1º O pedido de reconsideração deverá ser:

I – interposto no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação; e

II – decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de seu recebimento.

§ 2º O pedido de reconsideração terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final do Procurador-Geral de Justiça.

§ 3º Na elaboração de suas decisões, o Procurador-Geral de Justiça será auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-lo com as informações necessárias.

Art. 37. Com a decisão do pedido de reconsideração, exaure-se a esfera administrativa.

Seção VII

Dos prazos

Art. 38. A contagem do prazo para cumprimento de obrigação por parte da contratada será em dias contínuos, não se interrompendo nos sábados, domingos e feriados, salvo por disposição editalícia ou contratual em sentido contrário.

Art. 39. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

§ 1º Os prazos fluirão a partir do primeiro dia útil após o recebimento da intimação.

§ 2º O prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento ocorrer em sábado, domingo ou feriado, quando não houver expediente no MPMS ou, ainda, quando o expediente for encerrado antes do horário normal de funcionamento.

§ 3º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

Seção VIII

Do cômputo das sanções

Art. 40. Sobrevindo nova condenação, no curso do período de vigência das sanções indicadas nos incisos III e IV do art. 3º desta Resolução, será somado ao período remanescente o tempo fixado na nova decisão condenatória, reiniciando-se os efeitos das sanções.

§ 1º No cômputo das sanções, nos termos do *caput*, observar-se-á o prazo máximo de 6 (seis) anos em que o condenado ficará impedido de licitar ou contratar com a administração pública estadual.

§ 2º Em qualquer caso, a unificação das sanções não poderá resultar em cumprimento inferior à metade do total fixado na condenação, ainda que ultrapasse o prazo de 6 (seis) anos previsto no § 1º.

§ 3º No cômputo das sanções, nos termos do *caput*, contam-se as condenações em meses, desprezando-se os dias, respeitando-se o limite máximo previsto no § 1º, orientado pelo termo inicial da primeira condenação.

Art. 41. São independentes e operam efeitos independentes as infrações autônomas praticadas por fornecedores.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos III e IV do art. 3º desta Resolução serão aplicadas de modo independente em relação a cada infração diversa cometida.

CAPÍTULO V

DO PARCELAMENTO DO DÉBITO

Art. 42. O débito resultante de multa administrativa e/ou da indenização de que trata esta Resolução poderá ser parcelado, total ou parcialmente, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, mediante requerimento formal do interessado à Administração.

§ 1º O requerimento do interessado será acompanhado do comprovante de que o devedor recolheu à Administração a quantia correspondente a uma parcela, calculada pela divisão do valor do débito que pretende parcelar dividido pelo número de prestações pretendido, sob pena de indeferimento sumário do pleito.

§ 2º A Administração poderá deferir ou indeferir o pedido ou, ainda, decidir pelo parcelamento do débito em número menor de parcelas que o pretendido pelo interessado.

§ 3º Enquanto não houver decisão da Administração, o devedor recolherá mensalmente, a título de antecipação, a quantia calculada nos termos do § 1º.

§ 4º No caso de os débitos se encontrarem sob discussão administrativa ou judicial, submetidos ou não à causa legal de suspensão de exigibilidade, o sujeito passivo deverá comprovar que desistiu expressamente e de forma



irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial, e, cumulativamente, renunciou a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem a ação judicial e o recurso administrativo.

§ 5º O pedido de parcelamento deferido constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito, podendo a exatidão dos valores parcelados ser objeto de verificação.

§ 6º O parcelamento não se aplica à parcela da multa e/ou da indenização a ser descontada do valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à empresa contratada ou da garantia prestada, se houver.

Art. 43. O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão entre o valor do débito que se pretende parcelar e o número de prestações.

§ 1º O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do limite mínimo definido pelo Tribunal de Contas da União para instauração de tomada de contas especial.

§ 2º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Art. 44. A inadimplência no pagamento ensejará o cancelamento automático do parcelamento concedido, bem como a imediata exigibilidade do débito não quitado.

Parágrafo único. Considera-se inadimplência a falta de pagamento de 3 (três) prestações, consecutivas ou não.

Art. 45. Cancelado o parcelamento, apurar-se-á o saldo devedor, providenciando-se, conforme o caso, o encaminhamento do débito para prosseguimento da cobrança ou inscrição em dívida ativa.

Art. 46. É vedado o reparcelamento de débito referente a parcelamento em curso ou que não tenha sido cumprido pelo devedor.

CAPÍTULO VI

DA SUSPENSÃO DO PROCESSO E DA SUSPENSÃO DA COBRANÇA DO DÉBITO

Art. 47. A Administração poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a instrução ou instauração do processo sancionador nos casos em que o valor a ser potencialmente aplicado como sanção de multa seja irrisório e a conduta não tiver alto grau de reprovabilidade.

§ 1º Será considerado irrisório o valor igual ou inferior a 0,1% (um décimo por cento) do constante no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, segundo parâmetros atualizados na forma do art. 182 da referida norma.

§ 2º Para efeito e enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva sanção.

§ 3º A unidade responsável pela apuração do procedimento sancionador deve identificar, certificar e acompanhar os casos de suspensão de que trata este artigo, com atualização anual do valor previsto para multa.

§ 4º A suspensão da instrução da sanção de multa será comunicada à empresa contratada, preferencialmente por via eletrônica, pelo fiscal do contrato, ressaltando-se a possibilidade de seguimento da instrução ou instauração do procedimento posteriormente se constatada reincidência na prática de irregularidade, nos termos dos §§ 5º e 6º.

§ 5º Em caso de reincidência, a ocorrência suspensa será retomada e a apuração prosseguirá juntamente com o novo fato noticiado como descumprimento contratual.

§ 6º Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da empresa contratada junto ao contratante nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o evento em decorrência do qual será eventualmente aplicada a sanção, não importando se incidente em outras contratações ou resultante de fato gerador distinto.

§ 7º Identificados outros danos à Administração, a instrução da sanção prosseguirá normalmente, mesmo se o valor da multa for considerado irrisório.

§ 8º Após 24 (vinte e quatro) meses sem novo fato, a ocorrência suspensa será arquivada definitivamente, com a consequente sustação da possibilidade de consideração da reincidência;

Art. 48. Excepcionalmente, motivada por impactos econômicos advindos de emergência de saúde pública, a Administração, mediante requerimento formal do interessado, poderá suspender a cobrança de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações, previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo período de até 90 (noventa) dias.



§ 1º No requerimento de solicitação da suspensão da cobrança do débito, poderá o interessado optar cumulativamente pelo parcelamento do débito, pela compensação do débito ou pela combinação de ambos, os quais terão seus prazos estabelecidos a partir do período de que trata o *caput*.

§ 2º A decisão sobre o requerimento de que trata o *caput* será proferida no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do pedido.

§ 3º Na hipótese de deferimento do pedido, o valor do débito deve ser atualizado a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa de imposição da cobrança.

CAPÍTULO VII DA REABILITAÇÃO

Art. 49. É admitida a reabilitação da empresa licitante ou contratada perante a própria autoridade que aplicou a sanção, exigidos, cumulativamente:

- I – reparação integral do dano causado à administração pública;
- II – pagamento da multa;
- III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

§ 1º A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor, implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 2º Após decisão da autoridade competente, deverão ser tomadas todas as providências para retirada da empresa dos cadastros restritivos de licitar e contratar.

CAPÍTULO VIII DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 50. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Resolução ou para provocar confusão patrimonial.

§ 1º Desconsiderada a personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos:

- I – aos seus administradores e sócios com poderes de administração;
- II – a pessoa jurídica sucessora; ou
- III – a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado.

§ 2º Nas hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica de que trata o § 1º, serão observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

§ 3º O processo poderá ser instaurado exclusivamente contra administradores e sócios que possuem poderes de administração, se identificada prática de subterfúgios, visando burlar os objetivos legais da própria sanção administrativa.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção I

Do julgamento conjunto de atos lesivos contra a Administração

Art. 51. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Resolução ou em outras leis de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Seção II

Da prescrição



Art. 52. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da data de ciência da infração pela Administração, e será:

- I – interrompida pela instauração do processo administrativo punitivo de que trata o Capítulo IV desta Resolução;
- II – suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/2013;
- III – suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Seção III

Dos cadastros dos fornecedores impedidos

Art. 53. Será inscrito no SicaF o fornecedor que receber uma das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 3º desta Resolução após a conclusão de processo administrativo punitivo e decisão da autoridade competente pela aplicação da sanção.

Seção IV

Disposições gerais

Art. 54. A extinção do contrato por ato unilateral da administração pública poderá ocorrer, sem prejuízo das sanções previstas nesta Resolução, observados os procedimentos dispostos no Capítulo IV desta Resolução e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

- I – antes da abertura do processo de apuração de responsabilidade;
- II – em caráter incidental, no curso de apuração de responsabilidade; e
- III – quando do julgamento de apuração de responsabilidade.

Art. 55. A aplicação das sanções previstas nesta Resolução não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

Art. 56. Fica facultado ao responsável pela condução do processo administrativo punitivo, à equipe processante e à autoridade instauradora do processo administrativo punitivo submetê-lo à manifestação jurídica a qualquer tempo.

Art. 57. As particularidades de cada contrato devem ser detalhadas em projeto básico, termo de referência ou termo de contrato, podendo haver especificação das condutas específicas a serem sancionadas, bem como alteração nos prazos e percentuais das sanções estabelecidas nesta Resolução, se necessário.

Art. 58. As informações dos relatórios de irregularidades serão encaminhadas à equipe de planejamento da futura contratação, para fins verificação da possibilidade de aperfeiçoamento das condições de habilitação, das cláusulas de obrigações contratuais e demais aspectos relevantes a serem considerados no risco.

Art. 59. O Procurador-Geral de Justiça e/ou o Secretário-Geral poderão expedir orientações complementares, solucionar casos omissos, disponibilizar materiais de apoio, instituir modelos padronizados de documentos e providenciar solução de tecnologia da informação e comunicação para apoiar a execução dos procedimentos de que trata esta Resolução.

Art. 60. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 19 de fevereiro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

2. Processos:

2.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00012491-0

Assunto: Projeto de Lei que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.633, de 24 de dezembro de 2019, que fixa receita para o Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público (FEADMP/MS) e dá outras providências.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou o referido Projeto de Lei.

Campo Grande, 19 de fevereiro de 2024.

ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA

Procuradora de Justiça

Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2023.

7. Processos:

7.1. Recurso Procedimento Administrativo Disciplinar nº PGJ/10/1670/2017 – SIGILOSO

Relator: Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi.

Revisora: Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra.

Advogada: Noely Gonçalves Vieira - OAB/MS 4.922.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, acolheu a preliminar de não conhecimento do presente recurso, em razão da incompetência do Colégio de Procuradores de Justiça, nos termos do voto do Relator, com a concordância da Revisora.

8. Processo da Comissão:

8.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00010543-4

Assunto: Minuta de Resolução que dispõe sobre as normas da eleição ao cargo de Procurador-Geral de Justiça a ser realizada no ano de 2024.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a Resolução que dispõe sobre as normas da eleição ao cargo de Procurador-Geral de Justiça a ser realizada no ano de 2024.

9. Assuntos Institucionais:

9.1. Apresentação do Plano Geral de Atuação – PGA, para o exercício de 2024.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou o Plano Geral de Atuação – PGA, para o exercício de 2024.

9.2. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Magno Benites de Lacerda. (PGA nº 09.2023.00011529-8 e PGA nº 09.2023.00011996-1)

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça.



9.3. Referendar as Portarias a seguir:

1. Portaria nº 5440/2023-PGJ, de 4.10.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 16 a 20.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

2. Portaria nº 5090/2023-PGJ, de 21.9.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado e 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.9.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2023.00008637-5).

3. Portaria nº 5830/2023-PGJ, de 27.10.2023, concedeu ao Promotor de Justiça Alexandre Magro Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, a conversão em abono pecuniário de um terço de férias, no período de 8 a 17.1.2024, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.000 11129-1).

4. Portaria nº 5007/2023-PGJ, de 20.9.2023, indeferiu, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Silvio César Maluf, 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023. (PGA nº 09.2023.00008654-2).

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou as Portarias acima mencionadas.

Designação dos membros para integrarem a Comissão Eleitoral para a composição da lista tríplice a fim de escolher o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para biênio 2024/2026.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, designou os Procuradores de Justiça Hudson Shiguer Kinashi e Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, e os Promotores de Justiça Clóvis Amauri Smaniotto e Jean Cardos Piloneto, como titulares, e os Procuradores de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa e Helton Fonseca Bernardes e os Promotores de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima e Murilo Hamati Gonçalves, como suplentes, para integrarem a Comissão Eleitoral para a composição da lista tríplice a fim de escolher o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para biênio 2024/2026.

Campo Grande, 19 de fevereiro de 2024.

ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO CONTRATO N° 006/PGJ/2024**

Processo n° 09.2023.00005090-0

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **ALARMES RB LTDA**, representada por **Antonio Carlos Rubini** e **Jefferson Rubini**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico n° 04/PGJ/2023.

Amparo legal: Lei Federal n° 14.133/2021.

Objeto: Prestação de serviço de vigilância para realização do monitoramento dos sistemas de alarmes e cercas elétricas (incluindo manutenção preventiva), através de dupla via de comunicação (rede de dados móveis e link de internet), incluso plano mensal de transmissão de dados, para atender os prédios do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na capital e no interior do Estado.

Valor estimado total: R\$ 390.758,12 (trezentos e noventa mil setecentos e cinquenta e oito reais e doze centavos), nos termos das Notas de Empenho n° 2024NE000435 e 2024NE000436, de 31.01.2024.

Vigência: 16.02.2024 até 16.02.2026.

Data de assinatura: 16 de fevereiro de 2024.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 001/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/0255/2021 - PGA n° 09.2023.00000085-3

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.**, representada por **Gustavo Lage Riggio**.

Procedimento licitatório: Contratação direta por inexigibilidade.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, § 8º, da Lei Federal n° 8.666/93.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, e o reajuste do valor contratual, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor mensal: R\$ 41.525,09 (quarenta e um mil quinhentos e vinte e cinco reais e nove centavos).

Vigência: 12.03.2024 até 12.03.2025.

Data de assinatura: 15 de fevereiro de 2024.



EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 63ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima e à investigada a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900770-18.2024.8.12.0001, em que constam como investigada Gleyciane Nogueira e vítima José Fernando Bairos Faracco, conforme se transcreve: “Desta forma, não foram encontrados elementos para o oferecimento da inicial acusatória, posto que nos autos não existem provas seguras e capazes de indicar materialidade e autoria delitiva, o que prejudica o ajuizamento da ação penal, já que não existem requisitos essenciais para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS 19 de fevereiro de 2024.

RICARDO BENITO CREPALDI
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 0001/2024/01PJ/AMB, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Amambai/MS, 16 de fevereiro de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES
Promotora de Justiça

Proveniência – 1ª Promotoria de Justiça de Amambai			Procedência: 1ª Promotoria de Justiça de Amambai		
Órgão / Setor: 1ª Promotoria de Justiça de Amambai			Órgão / Setor: 1ª Promotoria de Justiça de Amambai		
Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2024/01PJ/AMB					
CLASSE	SUB CLASSE	DOCUMENTO	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	PRAZO INICIAL	PRAZO FINAL
200		Ofícios Expedidos Ofícios Recebidos: PGJ, CGMP, Promotorias de Justiça e outros		2020	2022
200		Documentos Administrativos :Folha de Frequência, Relatório Mensal de		2020	2022

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



		Estágio, Solicitação de Recesso Remunerado e Outros Estagiários de Graduação e Pós-Graduação		
200		Comproverantes de petição Inicial	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ. A Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2024/01PJ/AMB foi aprovada por meio da Ata nº 01/2024/01PJ/AMB, de 08.02.2024.	2020
200		Pauta de Audiências;		2022
		Relatórios de Interceptações Telefônicas		2019
		Relatórios de Carga de Inquéritos Policiais		2021
200		Relatórios de Carga de Inquéritos Policiais		2016
		Relatórios de Carga de Inquéritos Policiais		2018
200		Relatórios de Carga de Inquéritos Policiais		2014
		Relatórios de Carga de Inquéritos Policiais		2016.
200		Relatórios de Carga de Inquéritos Policiais		2015
		Relatórios de Carga de Inquéritos Policiais		2017
200		Relatórios de Carga de Inquéritos Policiais		2016
		Relatórios de Carga de Inquéritos Policiais		2018
200		Pedidos de Providências	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2020
200		Comprovante de Petição Inicial de ajuizamento de ação		2019
		Comunicação de Flagrantes		2021
200		Notícia de Fato n. 1/2012		2008
200		Notícia de Fato n. 7/2012		2010
200		Notícia de Fato n. 6/2012		2014
200		Notícia de Fato n. 5/2012		2016
200		Notícia de Fato n. 4/2012		2018
200		Notícia de Fato n. 9/2012		2020
200		Notícia de Fato n. 10/2012		2019
200		Notícia de Fato n. 31/2013		2021
200		Notícia de Fato n. 12/2013		2008
200		Notícia de Fato n. 17/2013	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2010
200		Notícia de Fato n. 18/2013		2014
200		Notícia de Fato n. 19/2013		2016
200		Notícia de Fato n. 02/2014		2018
200		Notícia de Fato n. 04/2014		2018
200		Notícia de Fato n. 05/2014		2018
200		Notícia de Fato n. 06/2014		2018
200		Notícia de Fato n. 07/2014		2018
200		Notícia de Fato n. 08/2014		2018
200		Notícia de Fato n. 09/2014		2018
200		Notícia de Fato n. 10/2014		2018
200		Notícia de Fato n. 12/2014		2018
200		Notícia de Fato n. 13/2014	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2019
200		Notícia de Fato n. 14/2014		2019
200		Notícia de Fato n. 15/2014		2019
200		Notícia de Fato n. 16/2014		2019
200		Notícia de Fato n. 02/2014		2019
200		Notícia de Fato n. 04/2014		2019
200		Notícia de Fato n. 05/2014		2019
200		Notícia de Fato n. 06/2014		2019
200		Notícia de Fato n. 07/2014		2019
200		Notícia de Fato n. 08/2014		2019
200		Notícia de Fato n. 09/2014		2019
200		Notícia de Fato n. 10/2014		2019
200		Notícia de Fato n. 12/2014		2019



200		Notícia de Fato n. 13/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 14/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 15/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 16/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 20/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 21/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 22/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 23/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 24/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 28/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 30/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 31/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 32/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 33/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 35/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 36/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 40/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 20/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 21/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 17/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 18/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 19/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 20/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 21/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 22/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 26/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 27/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 28/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 34/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 35/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 36/2014		2015	2020
200		Notícia de Fato n. 01/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 02/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 03/2015	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2016	2021
200		Notícia de Fato n. 04/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 05/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 06/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 07/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 08/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 09/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 10/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 11/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 12/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 13/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 14/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 15/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 16/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 17/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 18/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 19/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 20/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 22/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 23/2015		2016	2021



200		Notícia de Fato n. 24/2015	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2016	2021
200		Notícia de Fato n. 25/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 25/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 27/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 29/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 30/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 31/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 32/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 33/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 34/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 35/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 36/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 37/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 38/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 39/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 40/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 41/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 42/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 43/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 45/2015		2016	2021
200		Notícia de Fato n. 01/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 02/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 03/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 04/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 05/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 07/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 08/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 09/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 12/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 13/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 14/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 15/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 21/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 22/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 23/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 24/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 25/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 26/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 27/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 28/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 29/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 30/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 31/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 32/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 33/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 34/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 35/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 36/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 37/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 38/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 39/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 40/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 41/2016		2017	2022



200		Notícia de Fato n. 42/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 43/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 44/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 45/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 46/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 47/2016		2017	2022
200		Notícia de Fato n. 48/2016		2017	2022
200		NF 01.2017.00001706-8		2018	2023
200		NF 01.2017.00001715-7		2018	2023
200		NF 01.2017.00001976-6		2018	2023
200		NF 01.2017.00001846-7		2018	2023
200		NF 01.2017.00001849-0		2018	2023
200		NF 01.2017.00001488-2		2018	2023
200		NF 01.2017.00002398-1		2018	2023
200		NF 01.2017.00001930-0		2018	2023
200		NF 01.2017.00004209-0		2018	2023
200		NF 01.2017.00004101-2		2018	2023
200		NF 01.2017.00004216-7		2018	2023
200		NF 01.2017.00004220-1		2018	2023
200		NF 01.2017.00004212-3		2018	2023
200		NF 01.2017.00004364-4		2018	2023
200		NF 01.2017.00004223-4		2018	2023
200		NF 01.2017.00002147-2		2018	2023
200		NF 01.2017.00005953-6		2018	2023
200		NF 01.2017.00004912-7		2018	2023
200		NF 01.2017.00005106-6		2018	2023
200		NF 01.2017.00005387-5		2018	2023
200		NF 01.2017.00005679-4		2018	2023
200		NF 01.2017.00006202-6		2018	2023
200		NF 01.2017.00006668-1		2018	2023
200		NF 01.2017.00006774-7		2018	2023
200		NF 01.2017.00007654-3		2018	2023
200		NF 01.2017.00007548-0		2018	2023
200		NF 01.2017.00044474-2		2018	2023
200		NF 01.2017.00008926-3		2018	2023
200		NF 01.2017.00008908-5		2018	2023
200		NF 01.2017.00009248-0		2018	2023
200		NF 01.2017.00008871-5		2018	2023
200		NF 01.2017.00009522-1		2018	2023
200		NF 01.2017.00009409-9		2018	2023
200		NF 01.2018.00004201-6		2018	2023
200		NF 01.2018.00005959-5		2018	2023
200		NF 01.2018.00005952-9		2018	2023
200		NF 02.2018.00005938-4		2018	2023
200		NF 01.2018.00005852-0		2018	2023
200		NF 01.2018.00012157-3	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2018	2023
200		NF 01.2018.00005074-9		2018	2023
200		NF 01.2018.00005966-2		2018	2023
200		NF 01.2018.00005027-1		2018	2023
200		NF 01.2018.00003249-4		2018	2023
200		NF 01.2018.00007549-5		2018	2023
200		NF 01.2018.00007309-7		2018	2023
200		NF 01.2018.00007585-1		2018	2023



200		NF 01.2018.00008057-6		2018	2023
200		NF 01.2018.00007535-1		2018	2023
200		NF 01.2018.00009212-8		2018	2023
200		NF 01.2018.00007535-1		2018	2023
200		NF 01.2018.00005672-1		2018	2023
200		NF 01.2018.00005672-1		2018	2023
200		NF 01.2018.00005466-7		2018	2023
200		NF 01.2018.00009440-4		2018	2023
200		NF 01.2018.00011945-6		2018	2023
200		NF 01.2018.00011968-9		2018	2023
200		NF 01.2018.00012086-3		2018	2023
200		NF 01.2018.00013206-0		2018	2023
200		NF 01.2018.00008057-6		2018	2023
200		NF 01.2018.00012926-5		2018	2023
200		NF 01.2018.00013822-0		2018	2023
200		NF 01.2018.00000764-1		2018	2023
200		NF 01.2018.00001655-1		2018	2023
200		NF 01.2018.00001651-8		2018	2023
200		NF 01.2018.00002731-5		2018	2023
200		NF 01.2018.00003294-0		2018	2023
200		NF 01.2018.00002737-5		2018	2023
200		NF 01.2018.00002819-7		2018	2023
200		NF 01.2018.00003519-2		2018	2023
200		NF 01.2018.00003700-2		2018	2023
200		NF 01.2018.00003248-4		2018	2023
200		NF 01.2018.00001201-6		2018	2023
200		NF 01.2018.00003488-2		2018	2023
200		NF 01.2018.00003035-0		2018	2023
200		NF 01.2018.00005466-7		2018	2023
200		NF 01.2018.00005074-9		2018	2023
200		NF 01.2018.00005681-0		2018	2023
200		NF 01.2018.00005672-1		2018	2023
200		NF 01.2018.00005721-0		2018	2023
200		Procedimento Preparatório n. 06/2010	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2011	2021
200		Procedimento Preparatório n. 02/2012		2013	2023
200		Procedimento Preparatório n. 04/2012		2013	2023
200		Procedimento Administrativo n. 01/2013	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2023
[RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO – Claudete Ferreira Rodrigues de Sá, Técnica I. Amambai, 15 de fevereiro de 2024.					

**BELA VISTA****EDITAL N° 0001/2024/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 2020-9322, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2023.00001299-3

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: José Gonçalves de Lima

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão vegetal de 1,51 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Vanguarda, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 97/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Bela Vista/MS, 15/01/2024

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL N° 0002/2024/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000.

E ainda no endereço eletrônico:

IC - Inquérito Civil nº 06.2023.0001378-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Mary Cristyane Brum Vieira

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão vegetal de 7,841 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Mata Grande, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade competente, conforme Auto de Infração n. 009035”.

Bela Vista/MS, 07/12/2023

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL N° 0005/2024/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a Inquérito Civil nº 09.2024.00000684-0.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Bela Vista (MS)

Assunto: “Acompanhar o cumprimento do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica, instituído pela Medida Provisória n. 1.174/2023, pelo município de Bela Vista, tendo em vista a existência de quatro obras inacabadas no referido Ente Municipal.

Bela Vista/MS, 30/01/2024

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal



CORUMBÁ

EDITAL 0006/2024/05PJ/CBA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO (PIC-MP) nº 06.2019.00000546-9

A 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2019.00000546-9, em que constam como um dos investigados "E. N. B.", conforme se transcreve: “promovo o arquivamento do Procedimento Investigatório Criminal em relação à E. N. B., por ausência de prova da materialidade delitiva em desfavor da referida servidora pública.”

Corumbá/MS, 15 de fevereiro de 2024.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0004/2024/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000137-8.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Alfonso Rosafa Rodrigues Administração e Agropecuária Ltda

Assunto: Laudo Técnico nº 322/23/NUGEO – DNA Ambiental 2023 – Etapa 1 e Parecer nº 424/23/NUGEO: apurar a supressão vegetal de 4,74 hectares de área declarada como Área de Preservação Permanente, 4,09 hectares de área declarada como Reserva Legal Averbada e 2,58 hectares de área declarada como Remanescente de Vegetação Nativa, no período de 29/11/2022 a 06/04/2023, no interior do imóvel rural “Fazenda Campo Zélia”, matrícula nº 27.464, CARMS008399, pertencente a Alfonso Rosafa Rodrigues Administração e Agropecuária Ltda. (CNPJ 31.848.431/0001-36), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, haja vista que em desacordo com as Autorizações Ambientais nº 0195/2022 e nº 0096/2023.

Corumbá/MS, 16 de fevereiro de 2024.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

IVINHEMA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica o investigado A.R.E da decisão de arquivamento do Inquérito Policial n. 0000096-32.2024.8.12.0012. em que consta como investigado A.R.E e vítima(s) D.C.C, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 e com as cautelas do artigo 18, ambos do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito.

Ivinhema/MS, 16 de fevereiro de 2024.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça

² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



MUNDO NOVO

EDITAL N. 0005/2024/02PJ/MUV**INTIMAÇÃO DE ARQUIVAMENTO**

Notícia de Fato n. 01.2023.00010402-4

A 2ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo, torna pública o arquivamento da Notícia de fato relacionada, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo, 760 - Berneck - 79980-000 - Mundo Novo, bem como intima o representante legal do reclamante E.O.T., para fins do art. 11, §1º, da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro 2007.

Notícia de Fato n. 01.2023.00010402-4

Mundo Novo, 19/02/2024

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR

Promotor de Justiça

NAVIRAÍ

EDITAL Nº 0002/2024/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a retificação do polo passivo do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001332-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: M. P. C. A; R. A. A; R. V. S; L. P. Q; J. A. S; M. L. R; S. N. M; e C. A. S.

Assunto: Apurar a notícia de que servidores públicos do Município de Naviraí teriam alterado/se beneficiado de alterações irregulares no sistema de registro de informações dos servidores públicos municipais, enriquecendo-se indevidamente e violando os princípios administrativos.

Naviraí, 06 de fevereiro de 2024

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotora de Justiça

PONTA PORÃ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial nº 0800020-85.2023.8.12.0019/ 08.2023.00005050-0, em que consta(m) como investigado Danilo Dias Cardoso, conforme se transcreve: “Ex positis, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento dos presentes autos nos termos dos artigos 18 e 28 do CPP, uma vez que não há qualquer elemento que indique o suposto autor e a materialidade mínima do delito do Art. 7, inciso IX da Lei nº 8.137/90”.

Ponta Porã, 09 de fevereiro de 2024.

GEORGE ZAROOUR CEZAR

Promotor de Justiça em coadjuvação



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial nº 0003602-73.2016.8.12.0019/ 08.2016.00123742-8, conforme se transcreve: “Ex positis, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento dos presentes autos nos termos dos artigos 18 e 28 do CPP, ante a ausência de autoria do fato típico”.

Ponta Porã, 08 de fevereiro de 2024.

GEORGE ZAROOUR CEZAR

Promotor de Justiça em coadjuvação

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial nº 0000777-20.2020.8.12.0019/ 08.2020.00030295-2, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual determina o arquivamento dos presentes autos nos termos dos artigos 18 e 28 do CPP, ante a inexistência de elementos idôneos que apontem para a autoria delitiva até o momento”.

Ponta Porã, 08 de fevereiro de 2024.

GEORGE ZAROOUR CEZAR

Promotor de Justiça em coadjuvação

EDITAL Nº 0006/2024/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a retificação do objeto do Inquérito Civil nº 06.2023.00000645-8, fazendo nele constar:

Inquérito Civil n. 06.2023.00000645-8

Objeto: apurar a regularidade jurídico-ambiental dos seguintes imóveis rurais: 01-) Fazenda 3 Coxilhas - GLEBA D - PARTE 2, inscrita no CARMS0082251, de 50 hectares; 02-) Fazenda 3 Coxilhas, Parte 1 e 2, inscrita no CARMS0082382, de 274 hectares; 03-) Fazenda Carambola - Área A, parte 03, inscrita no CARMS0082254, de 2,65 hectares; e 04-) Fazenda 3 Coxilhas/Carambola - Gleba C, Área A, Partes 1, 2, 3 e 12, inscrita no CARMS0082386, de 431 hectares, todas de propriedade da empresa Eximporã Agropecuária Ltda, relativamente à instituição de área de Reserva Legal, conservação das áreas de preservação permanente e do solo, bem como apurar possíveis danos ambientais pretéritos em decorrência da ausência de área de reserva legal ou sua degradação desde o ano de 2008 e em especial após a vigência da Lei Federal n. 12.651/2012 (Novo Código Florestal)

Ponta Porã/MS, 05 de fevereiro de 2024

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0007/2024/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2024.00000061-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2024.00000061-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Edison Derzi, Nelson Derzi, Tereza Cristina Carvalho Derzi, Margarete Derzi Malheiros, Wanderley Malheiros, Elizabeth Dornelles Derzi

Assunto: apurar possíveis irregularidades ambientais da Fazenda Passatempo, localizada em Ponta Porã/MS - Parecer n. 517/22/CEIPPAM relativamente a danos em área de preservação permanente e falta de vegetação nativa em área de reserva legal

Ponta Porã/MS, 07 de fevereiro de 2024

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0008/2024/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2024.00000065-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2024.00000065-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Bartolomeu Fuliotto Peres, Rosemari Filiotto Peres, Elmo Fuliotto Peres, Meire Madalena Fuliotto Peres, Felipe Fuliotto Peres, Janine Elza Ferreira Correa Peres

Assunto: apurar a existência de danos ambientais na Fazenda Pasárgada, localizada no Município de Ponta Porã/MS - Parecer nº 516/22/CEIPPAM, consistente na ausência de vegetação nativa em área declarada como de Reserva Legal, supressões de vegetação nativa sem autorização da autoridade competente e ainda ausência de vegetação nativa em áreas de preservação permanente

Ponta Porã/MS, 07 de fevereiro de 2024

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0009/2024/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2024.00000084-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2024.00000084-6

Requerente: 'Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Roosenice Martins Peixoto Cáceres, Clementino Cáceres

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 15,361 hectares de área remanescente de vegetação nativa ocorrida ente 20 de maio de 2021 e 05 de junho de 2021, na Fazenda Castelo, em Ponta Porã/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 012329/2023 e Laudo de Constatação n. 015787/2023, bem como a regularização jurídica-ambiental do imóvel.

Ponta Porã/MS, 07 de fevereiro de 2024

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça



PORTO MURTINHO

EDITAL N° 0030/2023/PJ/PTM - Retificação

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n° 444, Centro, CEP 79280-000 - Porto Murtinho/MS, Telefone: (67) 3287-1184.

Inquérito Civil n° 06.2021.00001543-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: M.A.C. Administradora de Bens- Eirelli

Assunto: “Apurar o desmatamento de 43 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Porto Seguro, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental n° 58/2ª PEL/4ª CIA/BPMA/2021.”

Porto Murtinho, 15 de fevereiro de 2024.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

RIO NEGRO

EDITAL N°0005/2024/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, n° 305, Centro, CEP 79470-000, Rio Negro/MS.

Procedimento Administrativo n° 09.2023.00009300-0

Requerente: Promotoria de Justiça de Rio Negro

Requerido: Município de Rochedo

Assunto: Acompanhar o cadastro na Busca Ativa Escolar pelo Conselho Tutelar do Município de Rochedo.

Rio Negro, 29 de janeiro de 2024

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça